

CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA ECONOMIA DO PETRÓLEO: O CASO DA VENEZUELA

Júlio Gomes da Silva Neto¹

Marcus Vinícius Sarmiento de Souza²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade traçar uma breve historicidade da economia venezuelana. Elucidando quais foram os aspectos que possibilitaram, em tempos idos, o apogeu de sua economia bem como, em períodos recentes, sua derrocada. Apesar deste trabalho buscar elucidação do contexto histórico, aqui não se esgota todas as fontes pelas quais se encontram a Venezuela contemporânea. Trata-se de um resgate bibliográfico acerca dos agentes macroeconômicos e seu comportamento nas mais variadas formas de condução política interna e externa.

PALAVRAS-CHAVE: Câmbio; Desindustrialização; Mobilidade dos Fatores; Inflação

INTRODUÇÃO

Detentora da segunda maior reserva de petróleo do mundo, com cerca de 17,5% dos campos mapeados, a Venezuela possui hoje aproximadamente à sua disposição a possibilidade de extração de 298,3 bilhões de barris. Este único dado demonstra a importância geopolítica deste país à se considerar que, o petróleo ainda é a principal fonte de energia conhecido pelo homem. Já em meados de 1950 por exclusiva razão de suas jazidas de óleo, a Venezuela se consolida como um dos maiores PIB *per capita* da América Latina, superando em mais que o dobro alguns de seus vizinhos, com taxas que se aproximavam à de países europeus, intensivos em bens de capital como o caso da Alemanha Ocidental (FURTADO, 1957). Este privilégio natural foi e continua sendo para a Venezuela a razão mais íntima, tanto de seu destacado desempenho econômico, quanto de sua derrocada política e social ao longo de sua história recente.

Assentando suas origens sociais em estamentos semelhantes aos demais países da América Latina, a Venezuela correspondeu, em seu percurso colonial, a processo de concentração de meios de produção e riqueza, típico do continente sul americano. Típica

¹ Doutor e professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas

² Mestrando em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas

também, fora a forma de associação dos segmentos sociais privilegiados com a metrópole e em seguida com Inglaterra e Estados Unidos, correspondendo à vinculação hegemônica do período em questão. A emancipação do Estado venezuelano do começo do século XIX, ungida pelos grandes caudilhos, iria propiciar tão somente a afirmação definitiva desses segmentos e de seus interesses econômicos, dotados a partir dali do controle estatal, determinando sua orientação tributária e o direcionamento daqueles recursos.

É neste arcabouço sociopolítico que se assentou a exploração do petróleo na Venezuela. Deriva-se da base material de exploração desta atividade todas as suas consequências que, de uma forma ou de outra, encaminharam o comportamento econômico e político do país, dali em diante. Conforme este recurso energético alcança dimensão e valor nos mercados internacionais, cresce também a iniquidade social venezuelana, determinando uma constante concentração de renda e poder sob domínio de algumas poucas famílias abastadas. Tal processo de estratificação social ganha ritmo acelerado na medida em que outros setores econômicos são preteridos à cadeia de produção do petróleo, concentrando não apenas a produção, mas também a renda nacional neste setor.

Vários foram os autores que corroboram para essa interpretação, oriundos de matizes materialistas, institucionalistas e particularmente, de orientação estruturalistas. Chamou atenção à idealização aqui presente, as contribuições de Celso Furtado quando de sua passagem por aquele país na década de (50), como adido, sintetizadas em uma série de ensaios. O mais famoso economista brasileiro a sessenta anos antevia as consequências de suas observações naquele país, se antecipando a outros autores que tratando a moeda e o câmbio como objeto de análise corresponderam a conclusões bastante semelhantes àquelas precursoramente apontadas por Furtado.

Destaca-se aqui o modelo de consequências estruturais desenvolvido pelos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, que trabalhando no contexto da Holanda na década de (60), desenvolveram a tese da **doença holandesa**³. A então escalada do preço do gás ali extraído, trouxe como consequência um aumento substancial das receitas daquele país e, por conseguinte, a extraordinária valorização do florim, sua moeda à

³ Conceito criado para designar problemas cambiais que derivam da descoberta de recursos minerais em abundância. Desta forma, o país que detém o monopólio, seja ele natural ou não, acaba por criar armadilhas que impedem o desenvolvimento de sua economia, pois um dos sintomas da doença é a sobreapreciação do câmbio e este por sua vez, inibe o progresso tecnológico e produtivo do setor industrial.

época. Com base neste modelo, em recente contribuição, Luiz Carlos Bresser-Pereira ao observar o comportamento disruptivo da indústria brasileira, concluiu como uma das consequências de desajuste da nossa economia, o desalinhamento dos valores (preços) entre o real e o dólar.

METODOLOGIA

O presente artigo baseia-se em uma análise bibliográfica abordando a tese da **doença holandesa** proposta de forma direta e indireta. Como adendo à bibliografia, dados dos portais mais respeitados do mundo, tais como: Banco Mundial, FMI e OPEP, também fazem parte da análise descritiva do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A capacidade dinâmica que a Venezuela possui em termos factíveis de troca com o mercado externo, deteriora sua autonomia em relação ao controle cambial. A doença holandesa é compatível com duas situações: sobreapreciação do câmbio e entradas excessivas de capital externo de forma indevida (o país não necessita desse aporte de capital). O primeiro caso é estritamente mercadológico pois que, ocorre pela falha de mercado que existe entre os produtores, proveniente de rendas ricardianas como sendo a remuneração do produtor mais eficiente em relação ao menos eficiente admitido no mercado. As commodities são a mais representativa estrutura de mercado de concorrência pura e perfeita, seus preços são definidos em níveis globais, onde nenhum produtor e consumidor consegue interferir em sua precificação. Desta forma, a renda ricardiana é inerente aos custos associados à atividade produtiva.

Notavelmente observa-se a influência da receita adquirida das exportações petrolíferas na economia venezuelana. Sendo assim, sua economia se traduz em uma volatilidade em momentos conturbados no setor externo, devido às flutuações ocorridas nos preços internacionais do hidrocarboneto, traduzindo-se, por sua vez, em mudanças profundas em sua estrutura político-econômica. Dado que os preços não afetam apenas o lado real da economia, mas também o lado monetário, ou seja, câmbio e taxa de juros. A especulação que o bolívar sofre em relação a essas flutuações apresenta uma alta taxa de correlação de modo que, as expectativas de alterações na taxa de câmbio variam em

sentido inverso aos preços. O mesmo ocorre para as reservas internacionais, com as fugas de capital do país. Dificultando, em última análise, o aprofundamento de ajustes mais equilibrados do câmbio, incorrendo em pressões inflacionárias e recessivas, a partir desse prognóstico.

Depreende-se que no período pós-guerra, àqueles países que passaram a ofertar o combustível do mundo, foram capazes de experimentar situações confortáveis, quanto a sua solidez econômica. A questão fiscal da economia foi a principal condição que permitiu a sua política de câmbio fixo, ou seja, a composição do investimento governamental derivado das rendas petrolíferas foi mais que significativa. Afirmado desta maneira para a necessidade que, caracterizando duas faces, uma era a razão indubitável da solidez da economia está ancorada nas receitas do setor dinâmico e a segunda, entretanto, pela instabilidade de haver apenas uma fonte segura de receita e não haver diversificação/proteção de sua autossuficiência. Tal processo só foi possível dadas as medidas adotadas no período da II Guerra Mundial, quais sejam: a Lei do Imposto sobre a Renda em 1942, a Lei de Hidrocarbonetos de 1943 e em 1947 um imposto conhecido como *fifty-fifty*, buscando uma participação igualitária dos benefícios petroleiros entre as companhias que operam no país e o Estado.

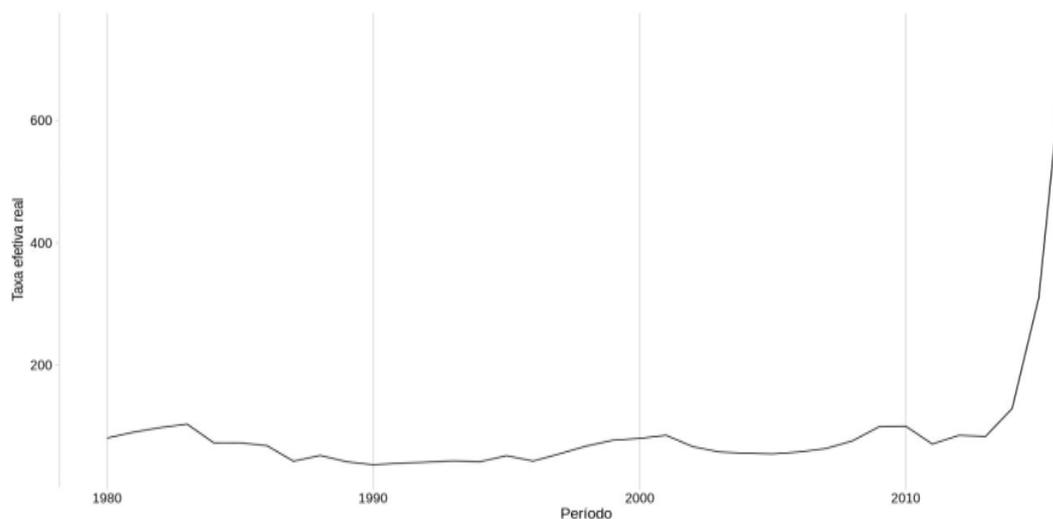
Desta forma pôde-se obter todo o período de estabilidade sustentada pelo uso da poupança externa. Portanto, este fora o único motivo que proporcionou a continuidade da utilização de câmbio fixo pois que, não havia a necessidade de políticas monetárias e cambiais para que houvesse um controle efetivo pois, não se havia problemas de receita e os gastos não se transformavam em pressões inflacionárias. De acordo com Pedro Palma (2008) a expansão da economia permitiu um acúmulo em grandes proporções de divisas externas, sobretudo o dólar, permitindo uma reserva internacional bastante elevada. Mesmo nos períodos de incertezas políticas, a saída de capital superou em muito as entradas, entretanto, a relação reservas e importação se manteve em patamares elevados.

Numa visão neoclássica dos precursores da tese sobre *doença holandesa*, Corden e Neary (1982), sustentam a ideia de que os fatores de produção (neste caso livres intersetorialmente) sofrem impactos significativos quando há variações nos preços internacionais dos recursos naturais do um país. Derivando-se assim em um *efeito*

*borboleta*⁴ nos demais setores da economia. Aumentando a demanda pelo bem, varia em sentido direto a remuneração da força produtiva o que fornece um deslocamento para o setor expansivo. A manufatura e serviços sofrem com a falta do dinamismo e os salários valorizados, desencadeando em uma desindustrialização direta pois que há uma significativa redução na produção industrial devido a redução de emprego (CORDEN; NEARY, 1982).

Sendo esse o efeito inicial de um “*boom*”⁵, será na fase subsequente em que se agrava ainda mais a instabilidade econômica. Há uma desestruturação do equilíbrio econômico e social após o aumento dos preços internacionais de commodities. Com um nível de renda mais elevado a massa consumidora terá ganhos reais e, desse modo, a taxa de câmbio real estará abaixo da variação da renda. Sendo assim, deve-se aumentar a taxa de câmbio real como medida de restabelecer o equilíbrio fiscal do país. O setor que sofrerá de forma positiva, os efeitos dessa nova estrutura salarial, será o de serviços (BLACK, C., 2017, p. 70).

Taxa de câmbio efetiva real (2010): de 1980-2014



Fonte: Banco Mundial Elaboração própria

A análise sumariamente proposta neste trabalho deverá debruçar-se sobre a

⁴ Quando analisado em sua forma estática, pode-se mensurar o efeito nas demais variáveis que compõem a análise. Entretanto, quando passada para dinâmica, torna-se incapaz de mensurar qual o caminho, intensidade uma simples perturbação pode inferir.

⁵ Termo utilizado pelos autores Corden e Neary para designar uma expressiva demanda a nível global das commodities extraídas pelo país.

importância do câmbio, de modo a facilitar a compreensão do estudo. Ele serve como medida direta de conversibilidade entre as moedas, sobretudo, aquelas que conseguiram no plano internacional, algum poder no comércio. A macroeconomia clássica permite que qualquer moeda alcance o patamar de “divisas internacionais”, desde que, haja uma série de critérios bem definidos, tais como: base sólida da política monetária, estabilidade política e econômica. E ter não somente a noção de que o intuito de transformar sua moeda em *divisas internacionais* é, porém, proteger-se das crises sistêmicas produzidas pelo sistema capitalista.

À luz da *doença holandesa*, a taxa de câmbio se traduz na ferramenta - indireta - que visa sua neutralização. Para Bresser-Pereira (2008) impostos sobre o produto importado e subsídios aos produtos exportados configuram-se em medidas que possibilitam a correção da falha de mercado. Logo, a supressão da doença holandesa. O autor ainda sugere que a Venezuela, em específico, mas não única, sofre da doença no estágio mais agravante: a de não ter tido a industrialização. O fato primordial sobre a taxa é que sob a influência das *commodities*, sua comercialização é compatível com a sobreapreciação do câmbio e sendo essa compatível, por sua vez, com um equilíbrio de médio e longo prazo da conta corrente, no balanço de pagamentos.

Os setores que vivem no passado econômico são processos produtivos que não estão ligados ao setor, especificamente o de petróleo, em expansão externa. Sendo assim, estes não conseguem impulsionar um dinamismo para além dos seus satélites. De modo semelhantes aos seus pares Latino Americanos, onde houve uma tendência ao desenvolvimento para fora, é natural que os setores que vivem nesse passado seja o de manufatura. O setor de serviços é beneficiado por diversas razões, seja por fornecer auxílio para setores que estão em expansão ou atender as necessidades da população, que por ora, estão com ganhos reais elevados.

Por essa mudança na estrutura socioeconômica da elevação dos salários reais a sobrevalorização da moeda doméstica e a competitividade externa influencia a reduzida participação da manufatura no PIB.

Se o país abandonar a neutralização com ou sem um aumento dos preços internacionais, ele só será capaz de manter setores manufatureiros e serviços comercializáveis com tarifa zero de importação se a gravidade da doença holandesa for suficientemente baixa para ser compensada por uma possível maior produtividade do país sobre seus concorrentes internacionais (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO. 2014).

Este é o patamar de maior dificuldade de reversão da doença, ou seja, a gravidade é o desvio em torno da média internacional da taxa de câmbio. Ora, se a Venezuela que optou por não desenvolver sua indústria e a agricultura é incipiente, com traços de subsistência, é natural que o barateamento da moeda externa favoreça a uma substituição dos bens e serviços interno aos externos.

A partir do momento em que se supera a fase do desenvolvimento para fora e a análise torna-se como vista para dentro de sua economia, é perceptível que a heterogeneidade existente entre os setores fossem potencializados. Aos moldes do sistema capitalista dos países desenvolvidos, incorporado em suas próprias instalações, não se limita em sua expansão apenas a atribuição desse modelo ter refletido em ganhos exponenciais de renda. Desta forma, essa fase ganha notoriedade pela sua capacidade de dinamizar vários mercados dentro do país pois, na medida em que a redistribuição de renda e a remuneração desses fatores ganham em produtividade, reflete numa riqueza generalizada.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados é evidente que o problema dos desequilíbrios da economia venezuelana esteja em curso decadente. O fato gerador desta constatação é que os modelos de desenvolvimento adotados atendem, não só ao período histórico do país, como também, os ditames externos. Em virtude do seu modelo dominante de endividamento externo e rentista, sobretudo na cadeia produtiva do petróleo, traçou-se uma trajetória comportamental da inserção no mercado externo e seus efeitos.

Em sentido inverso aos seus vizinhos sul americanos, observou-se que a Venezuela não trouxe consigo o período keynesiano pós década (30). O modelo que perdurou até a eclosão da crise atual fora o desenvolvimento para fora, com raízes no petróleo, gerando o aumento de divisas anteriormente relatado. Entretanto, com a precoce fluidez com que o desenvolvimento galgou aos píncaros do sucesso externo, trouxe, portanto, a sobreapreciação cambial. Nessa situação, qualquer intenção produtiva disruptiva ao petróleo estava fadada ao fracasso.

Outro argumento que esteve além da apreciação do câmbio, mas que envolveu de forma análoga os percalços que assentam os males oriundos da unificação produtiva, conforme se procurou mostrar, esteve exatamente na sobrecarga tributária das receitas

petrolíferas. A ineficiência fiscal e administrativa da indústria é duramente abatida em detrimentos das políticas adotadas. Além disso a transferência de recursos produtivos para áreas improdutivas, sob a óptica da maximização, mostrou seu evidente ponto de estagnação.

Viu-se que a unificação do câmbio apreciado e a questão fiscal defrontou-se após a década de 19(70), quando ocorreram os dois choques do petróleo. Em meados de 1980 a dificuldade em obter recursos externos com a decretação da moratória do México, pôs em xeque a capacidade administrativa da economia venezuelana, evidenciando a retórica de que os fluxos monetários deveriam seguir o curso produtivo, seja ele agrícola ou industrial (em sentido amplo).

Houvesse a Venezuela atrelado sua situação cambial às flutuações do mercado internacional, a soberania de sua moeda estaria condenada. Ter o bolívar apreciado em circunstâncias paralelas às decisões de controle por parte do Banco Central, ou depreciado, incorre-se em um alto risco de vulnerabilidade. Buscar efetivamente uma solução prática e sistemática, em um problema de elevado grau de complexidade, está para além do escopo e capacidade deste trabalho.

Entretanto, as vias pelas quais pode-se obter fôlegos para as crises sistêmicas que abalam, não só a economia, mas também a política e a sociedade em geral, é a instauração de reformas. Múltiplas tarifas para determinados produtos importados, possibilitando um direcionamento desse tributo na proposta de elevar a competitividade industrial e tecnológica. Sabe-se que o pacote liberal dos anos (90), impacta diretamente medidas que atentem para essa vertente. Sendo muito mais dificultosa a saída da dívida externa e, conseqüentemente, a possibilidade de transpor a barreira do subdesenvolvimento.

Não há perspectivas concretas de que efetivamente sejam viáveis quaisquer medidas para que seja traçada uma retomada ao crescimento. A redução da taxa de inflação da economia é muito mais sustentada pelo baixo consumo e investimento público, do que medidas cautelares. As propostas macroeconômicas, sejam elas estruturalistas ou não, pairam na incerteza sobre o futuro da Venezuela.

Buscar o entendimento para a questão produtiva da Venezuela sem que haja um traço histórico na análise, é relegar à superficialidade. A compreensão se dá ao perceber a extrema dependência do setor extrativista (primário) sem complexidade envoltos em sua produção. Mesmo que o seu passado por lutas e conquistas sociais, aumentos na renda

e qualidade de vida, conseqüentemente, impliquem na modificação da realidade. A fragilidade que a atual crise impôs à Venezuela, traz a notoriedade, também, dos riscos e desafios de longo prazo a serem enfrentados, mas na condição de periferia no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Maldição dos recursos naturais**. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/06/2005.

_____. **Neutralização da doença holandesa**. Jornal Valor Econômico, São Paulo, 31/05/2007a.

_____. **Tarifa x Câmbio**. Folha de São Paulo, São Paulo, 02/07/2007b.

_____. **Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010a.

_____. **A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio no Brasil**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Crise Global e o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

BLACK, Clarissa. **UMA AVALIAÇÃO DA TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA E DA HIPÓTESE DA MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**. *Análise Econômica*, v. 35, n. especial, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?**

In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO. **Doença holandesa**. Capítulo 5 de *Structuralist Development Macroeconomics*, Londres: Routledge, a ser publicado, 2014.

CORDEN, W. Max. **Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation**. *Oxford Economic Papers*, v. 36, n. 3, 1984.

CORDEN, W. Max; NEARY, J. Peter. **Booming Sector and De-industrialization in a Small Open Economy**. *The Economic Journal*, v. 92, n. 368, 1982.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

PALMA, Pedro A. **Hiperinflación en Venezuela**. El Economista de Madrid, Espanha. 27/01/2018

PINTO, A. **Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento**. Tradução: ZAHAR EDITORES, 1973.

PREBISCH, R. **La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo**. Revista de la CEPAL, n.13, abril, (1981b).

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela**. Vi o Mundo. 8 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019